

Arbage adverte contra risco de acuar militares

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

Em discurso feito ontem no plenário da Constituinte, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) fez um apelo aos parlamentares para que ponham "o bom senso acima de interesses menores" e evitem "um confronto desnecessário com os chefes militares", que, acentuou, "já manifestaram de público desaprovção ao texto da anistia, inclusive recusa em acatá-la, o que representa grave advertência para a sorte da transição do País no rumo da estabilidade democrática". A seu ver, "justifica-se que a questão seja tratada em comunhão de acertos com os chefes militares".

"O deputado declarou-se preocupado, "porque o cheiro do radicalismo já começa a impregnar os espíritos", fazendo com que aumente o fosso da discórdia e prepondere de um dos lados o célebre desafio de pagar para ver".

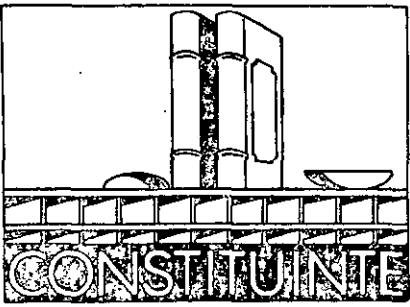
Para o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, a posição dos ministros militares é mais um caso de "ingerência do Poder Executivo sobre a Constituinte". No seu entender, os ministros deveriam estar preocupados não com a redução da jornada de trabalho, "que em outros países aumentou o índice de emprego", mas com a ameaça de desemprego e as taxas de inflação. Lula acha que os ministros têm o direito de se manifestar sobre temas constitucionais, mas como qualquer cidadão brasileiro. "O povo — enfatizou — está presente nas votações, não apenas nas galerias mas também nas ruas de Brasília, para cobrar os compromissos assumidos por seus representantes. Isto aqui vai se transformar num verdadeiro Tribunal de Contas".

O líder do PDT, Brandão Monteiro, estranhou a manifestação dos mi-

nistros militares contra a anistia, "num momento em que a Constituinte reorganiza o País". É preciso entender, frisou, "que a Constituinte, que é soberana, está escrevendo nova Carta". E considerou "uma forma vesga de ver a questão dizer que a anistia iria trazer prejuízos à Nação, mas prejuízos trouxe a inflação do chuchu". Já a deputada pemedebista Anna Maria Rattes considerou "adequado ao momento constituinte" o pronunciamento dos ministros militares.

Em São Paulo, o governador Orestes Quércia apoiou as declarações dos militares, afirmando que eles têm o direito de se pronunciar. "Acho que, hoje, temos na Constituinte dois extremos; um, que estabelece, por exemplo, que só porque uma empresa tem máquinas no Brasil é brasileira, quando não é, e não podemos transigir com isso; também não podemos ir para o outro extremo de dizer que se deve garantir emprego depois de 90 dias. Isso é uma coisa que assusta qualquer empresário. Temos, assim, dentro do PMDB, de atingir um equilíbrio que sempre foi aquele de respeito às bandeiras do País e também à realidade do País".

Para o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, se for aprovada pela Constituinte a anistia para civis e militares, ela vai implicar "não uma reparação mas uma dádiva", que será paga pela sociedade brasileira.



Aumenta a despesa da Previdência

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Técnicos da Previdência Social estimam em cerca de Cz\$ 130 bilhões o aumento das despesas do sistema, se aprovadas pela Constituinte três propostas da Comissão da Ordem Social: aumento do piso dos benefícios para um salário mínimo, pagamento das aposentadorias com base no maior salário (cerca de 18% a mais do total) e aumento do valor do salário-família, porém seletivo aos que recebem até quatro mínimos (cerca de Cz\$ 10 bilhões a mais). Em contrapartida, a receita do sistema aumentará proporcionalmente, podendo chegar a Cz\$ 150 bilhões só com três medidas aprovadas pela Ordem Social, mas ainda pendentes na Comissão de Sistematização.

Pelos cálculos dos técnicos do ministério, a base exclusiva das contribuições sobre a folha de salário para o Fundo Nacional de Seguridade Social elevará em cerca de 5% a receita atual da Previdência Social, rendendo-lhe perto de Cz\$ 30 bilhões; o repasse de toda a arrecadação do Finsocial para a Seguridade proporcionalará entre Cz\$ 70 e Cz\$ 100 bilhões e a taxação da loteria esportiva, perto de Cz\$ 14 bilhões.

Os especialistas do ministério fazem restrições a dois artigos do relatório aprovado na Comissão da Ordem Social: os de números 77 e 64. Eles consideram um contra-senso "assegurar aposentadoria com proventos de valor igual à maior remuneração dos últimos 12 meses de serviço, verificada a regularidade dos reajustes salariais nos 36 meses anteriores ao pedido, garantido o reajuste para preservação do valor real, cujo resultado nunca será inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefício: aos 35 anos de trabalho para o homem e aos 30 para a mulher".

Constituinte: previsões confirmadas

NEY LIMA FIGUEIREDO

Uma das peculiaridades do nosso país é que, quando as coisas acontecem conforme o previsto, a perplexidade toma conta de todos. É exatamente isto o que vem ocorrendo com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Se há reclamações, agora, sobre colisões e divergência de posicionamento, não custa lembrar que o assunto vem ganhando tais conotações desde sua concepção antes, e nos primeiros tempos, da chamada Nova República. Lembremos a frustração nacional com a morte de Tancredo Neves, e a decorrente confusão estabelecida na composição e nos trabalhos da "Comissão de Notáveis". Os membros desta comissão não foram escolhidos pela sábia prudência e inteligência de Tancredo, como estava previsto, mas pelas artimanhas político-ideológicas do então ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra, que cometeu o absurdo de nomear um secretário-executivo, à esquerda, Mauro Santayana, e outro à direita, Ney Prado. Quanto à presidência, ficou mesmo com o venerando prof. Afonso Arinos que, se conserva o saber parlamentar e jurídico tradicional, não tem mais a saúde e a agilidade — e talvez não mais o interesse — que caracterizaram sua histórica atuação na "banda de música" da UDN.

A litagem final dos membros dessa comissão fazia pressagiar o resultado de suas reuniões. O "balão de gatos" que gerou o monumental texto de quase 600 artigos denotou o atual estado de confusão nacional, onde não há um centro equilibrado que saiba discutir e compor diferenças que, na verdade, são menos ideológicas do que pessoais e/ou classistas. A conclusão é que o anteprojeto da "Comissão de Notáveis" foi combatido por sumidades e nulidades e conseguiu o milagre de ser ignorado pela opinião pública. O governo não fez nada com ele, a não ser publicá-lo, colocando isto quase como uma obrigação desagradável.

O resultado é que a intenção inicial de dotar o País de uma proposição que representasse a média do pensamento da Nação e dos propósitos que, teoricamente, presidiam a renovação da Nova República, ficou no limbo. O texto não serviu para nada e não foi consultado por ninguém.

Se, por deficiência de coordenação, conteúdo e propriedade, o governo, o PMDB e o PFL — os nossos principais partidos — chegaram sem projeto à Assembléia Nacional

Constituinte, esta se ressentiu, também, desde o início dos trabalhos, da ausência de leitura do pensamento popular, expresso nas urnas nas eleições de 15 de novembro. Ali o País firmou posição: é de centro e não gosta de extremos.

A contrafação, típica do caráter nacional, foi enriquecida por uma manobra dentro da própria coligação majoritária — PMDB e PFL. Enquanto ao PFL foi concedida a "honra" de presidir as subcomissões, o deputado Mário Côvas reservou para elementos "progressistas" o trabalho de estiva de fazer os relatórios. O resultado não deveria constituir surpresa, não obstante a maioria dos relatórios das subcomissões ter detestado a opinião pública estarrecida, seja pelo absurdo detalhamento das propostas, seja pelo nítido conteúdo ideológico, pendendo muito mais à esquerda do que se poderia esperar, principalmente nos assuntos chamados sociais.

Não houve, por outro lado, uma distribuição equilibrada de forças na composição das subcomissões, como é próprio das democracias. Registrou-se uma política de firmar pensamentos unificados, enquanto o centro ficou na posição de jogador reserva que tem de adular o técnico e os titulares para poder jogar.

Felizmente, com o aumento do número de participantes nas comissões temáticas, abriu-se um espaço de manobra mais largo e tendendo, não se sabe se por exaustão dos extremos, a fazer, desta vez, a releitura dos resultados de 15 de novembro. Daí ter havido oportunidade para a reapresentação de idéias, busca do lógico e repulsa à maior parte dos absurdos cometidos na primeira fase, embora se conservasse a divisão arbitrária das subcomissões: esquerda no "social", direita no "econômico".

Registrou-se aí a costumeira pressão das galerias, exercida rotineiramente pelos "trabalhadores" da esquerda, com uma presença nova: o pessoal de campo da UDR, ao passo que o trabalho de persuasão do comércio e da indústria foi preferencialmente exercido nos bastidores.

Busca-se, agora, uma sistematização do que pode acontecer nos trabalhos da Comissão de Sistematização. A começar pelo relator, Bernardo Cabral, homem de bom-senso e reconhecidamente de centro, passando pelos nomes de demais integrantes da comissão, espera-se um produto bem melhor, com uma proposta mais enxada e concatenada, para ser levada ao grande plenário.

Isto é o que deverá acontecer se o pessoal da arquibancada deixar cada um dos deputados votar de acordo com os seus próprios princípios e convicções.

De qualquer forma, a presença imposta dos 24 relatores das subcomissões, bem como a dos presidentes e relatores das comissões temáticas, já garante um certo tingimento ao debate que se prenuncia ácido, provavelmente não contido — e talvez não harmonizado — pela vocação pacífica, adversária do confronto, do relator geral, deputado Bernardo Cabral. Em termos percentuais, o centro talvez ganhe, numericamente, entre os 93 membros da Comissão, alinhando 55% do total, embora não seja indicado esquecer que os 45% restantes, da esquerda, têm entre eles alguns profissionais de guerra.

Nessa fase final, os arroubos ideológicos e as pressões partidárias serão certamente sobrepujados pelo compromisso dos constituintes consigo mesmos, com suas bases e com os sinais recebidos nas eleições de 15 de novembro. As pressões regionais e das bases exercerão, aí, muito mais força de convencimento sobre senadores e deputados inclinados, por questão de sobrevivência política posterior, a ouvir o som do tambor popular e o daquele refletido pelos meios de comunicação e entidades de classe da sociedade civil. As chamadas "emendas populares" existirão, mas elas tendem a se compor e mesclar com as idéias predominantes. Existirão apenas como jogadas para a platéia, enquanto os bastidores serão controlados pelos articuladores políticos, velhas raposas, quase totalmente indiferentes aos espetadores.

O que o centro, representante do que o povo quer, pode fazer na última e decisiva fase, é exigir ser ouvido, exatamente como o faz com muita competência a esquerda. É pressionar nas bases, fazer expor posicionamentos diretos, forçar explicações e retificar tomadas de posição, à base da cobrança futura, num cenário onde as manobras deverão ser feitas de forma transparente.

Se os acontecimentos segurem o curso que têm tomado até o momento, o processo da Constituinte vai entrar numa fase de decantação e na hora do voto deverá acabar prevalecendo o bom-senso da maioria menos barulhenta, mas até aqui dominada — pelo menos no espaço dos veículos de comunicação —, pelo furor da oratória dos menos sensatos.

Ney Lima Figueiredo é consultor político de diversas empresas e entidades.